



Índice

- 01** [Ministério quer vacinar 196 mil índios em todo o país](#)
- 02** [Índios brasileiros foram tratados como escravos e castigados em troncos](#)
- 03** [Mulheres indígenas voltam a ocupar prédio do antigo Museu do Índio no Rio](#)
- 04** [Políticas públicas para as mulheres indígenas são debatidas da Semana do Índio na OAB/MS](#)
- 05** ["Povos Indígenas no Norte do Paraná" está em exposição do Museu Histórico de Londrina](#)
- 06** [Com leucemia, bebê indígena espera há dias por vaga em Dourados ou Campo Grande](#)
- 07** [Cultura indígena, educação e literatura de cordel são temas das salas Pará e Belém](#)
- 08** [UFGD lança Revista Ñanduty, e primeiro número é dedicado aos Povos Indígenas](#)
- 09** [Caravana da Cidadania Indígena tem primeira edição no Parque do Mindu](#)
- 10** [Ministérios criam comitê gestor de terras indígenas](#)
- 11** [Munduruku: indígenas queimam "proposta" do governo federal sobre consulta prévia](#)
- 12** [Amazônia - Rei da Noruega deixa área indígena conflagrada após visita de 4 dias](#)



Ministério quer vacinar 196 mil índios em todo o país

SÍTIO JORNAL DO BRASIL, 29.04.2013

Brasília – O Ministério da Saúde pretende vacinar, até o dia 19 de maio, 196 mil índios em todo o país contra as principais doenças que atingem as comunidades. Ao todo, 34 distritos sanitários especiais indígenas devem receber a campanha.

De acordo com a pasta, a ação faz parte da Semana de Vacinação das Américas e Semana Mundial da Vacinação promovida pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

As doses serão aplicadas em 172 etnias de 1.389 aldeias. Mais de 4 mil profissionais de saúde estão envolvidos na ação, sendo 52% deles indígenas que desempenham funções de agentes de saúde e de saneamento.

Conforme os grupos prioritários estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), serão vacinados 4.682 indígenas menores de 1 ano, 21.406 com idade entre 1 e 4 anos, 42.446 mulheres em idade fértil e 11.004 indígenas maiores de 60 anos.

O investimento, segundo o ministério, é R\$ 4.322.435,15. No ano passado, 185.984 indígenas foram imunizados.



Índios brasileiros foram tratados como escravos e castigados em troncos SÍTIO ESTADO DE MINAS, 28.04.2013

Em plena segunda metade do século 20, indígenas foram submetidos a torturas que os negros sofreram 100 anos antes

Um dos mais antigos aparelhos de suplício de negros era usado em alguns postos do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que ironicamente tinha como uma das suas principais atribuições “não permitir a violência contra o índio”. Batizado de tronco, ele era uma adaptação de um aparelho de tortura, usado largamente em toda a América, inclusive no Brasil, durante o período da escravidão. Além do tronco, era muito comum o uso de palmatórias pelos chefes dos postos, citadas com frequência por Jader de Figueiredo em seu relatório. Usadas para bater na mão dos índios, elas eram distribuídas pelas inspetorias regionais, como eram batizadas as nove sedes administrativas do SPI, que tinham sob sua subordinação 130 postos localizados em terras indígenas. São frequentes os relatos de índios mutilados pelo tronco, que consistia em duas estacas enterradas em ângulo agudo, onde os tornozelos eram amarrados. Essas estacas depois eram dobradas e quebravam os tornozelos.

O Relatório Figueiredo também dá conta da existência de capatazes contratados exclusivamente para bater nos índios que tinham “mau comportamento”. Muitos eram amarrados, como nos antigos pelourinhos, e espancados com pedaços de pau ou chicoteados com rabo de tatu, uma espécie de chicote com argola no cabo e duas talas na ponta para surrar. Quem se atrevia a discordar dos chefes dos postos também podia ser preso, já que eles tinham autonomia para castigar os índios.

Em todos os postos havia prisões ou quartos de castigo. Alguns índios eram presos em buracos usados como fossas sanitárias. Outros em uma estreita caixa de madeira, com cerca de 2,6 metros quadrados, com um buraco apenas para respirar. Em alguns casos, os desobedientes eram obrigados a fazer trabalhos forçados para os fazendeiros das regiões. Os índios também eram comercializados. As mulheres eram vendidas ou doadas para trabalhar em “casas de famílias de respeito”. No posto indígena Couto Magalhães, hoje no estado do Tocantins, uma índia bororó de apenas 11 anos foi dada a um operário em pagamento pela feitura de fogão de barro. O pai da moça reclamou e foi surrado a mando de Flávio de Abreu, que chefiava a inspetoria regional, também acusado de obrigar os índios a espancar suas mães.

Nem mesmo as crianças eram poupadas das torturas, de acordo com o relatório. No posto Fraternidade Indígena, localizado na reserva da tribo Umutima, no interior do Mato Grosso, o documento cita que um índio de 14 anos, de nome Lalico, foi espancado e pendurado pelos pulsos. Os índios soltaram o garoto, que foi recapturado a mando do chefe do posto e novamente preso e espancado. Revoltada com a agressão, a tribo ameaçou um levante e ele foi solto. No posto Cacique Doble, no Rio Grande do Sul, o índio Narcizinho, de apenas 7 anos, foi pendurado pelos polegares e espancado até a morte pelos capatazes do chefe do posto, Álvaro de Carvalho.

CONT.



SUPLÍCIO NO TRONCO

“O tronco consiste em duas estacas enterradas em ângulo agudo no mesmo buraco, com o vértice para baixo. Em cada uma delas existe um pequeno entalhe. A tortura consiste em colocar o tornozelo do índio e paulatinamente fechar o ângulo, aproximando as duas pontas das estacas com o auxílio de uma corda. Um processo muito doloroso, que se levado ao extremo poderá provocar a fratura do osso”, aponta trecho do Relatório Figueiredo.

'ANJO' DA DOR

Um relato dá conta de um índio pendurado pelos dedos polegares, prática usual durante o período da escravidão no Brasil. Naquela época, era usado um instrumento batizado de “anjinho”, que prendia com anéis de ferro os dedos dos polegares e depois os comprimia usando uma chave ou parafuso.

CÁRCERE DESUMANO

Também são frequentes os relatos sobre a existência de prisões em postos indígenas. Um deles revela que os índios eram presos em caixotes de madeira, com dimensão de 2m x 1,30m com um pequeno buraco que servia para respirar. Os índios também eram encarcerados em buracos no chão, fossas com fezes e nos chamados “quartos de castigo”

ALGOZ PROFISSIONAL

Nos postos de Ivaí e Nonoai, no Paraná, e no posto Guarita, no Rio Grande do Sul, denuncia o relatório, o inspetor regional do SPI, Acyr de Barros, tinha um funcionário, de nome Miguel Preto, contratado exclusivamente para bater nos índios. Eles eram amarrados em postes ou pendurados pelos pulsos. Também eram surrados com pedaços de pau e castigados com rabo de tatu, uma espécie de chicote com argola no cabo e duas talas na ponta.



Mulheres indígenas voltam a ocupar prédio do antigo Museu do Índio no Rio
SÍTIO EBC, 29.04.2013

Rio de Janeiro - Um grupo de mulheres indígenas ocupou esta tarde (26) o prédio do antigo Museu do Índio, ao lado do Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã, na zona norte do Rio de Janeiro. Segundo informou à Agência Brasil Ash Ashaninka, uma das líderes da ocupação, o objetivo é promover a reintegração de posse do local e exercer "os direitos indígenas".

Do lado de fora, outro grupo de índios e defensores fazem uma manifestação, segurando faixas e cartazes pedindo a devolução do imóvel. O índio Tiuré Potiguara protestou contra a expulsão dos índios do local e disse que várias das pessoas retiradas do museu estão hoje passando necessidade, por não terem aceitado serem transferidas para um local em Jacarepaguá, montado com lonas e contêineres.

"Infelizmente nós temos parentes que estão em uma situação de precariedade total porque não aceitaram essa migalha, essa esmola do governo lá em Jacarepaguá. Nós estamos lutando nessa resistência. Nós precisamos do nosso imóvel, não precisamos morar em contêiner", disse o líder indígena.

O local foi imediatamente cercado por um efetivo policial do Batalhão de Choque da Polícia Militar, com diversas viaturas e o uso de um helicóptero. Os policiais isolaram a área, impedindo inclusive o acesso de jornalista, que foram obrigados a ficar a uma distância mínima de 150 metros do local.

No dia 12 de janeiro deste ano, após uma tentativa frustrada de desocupação do prédio do antigo Museu do Índio, artistas, acadêmicos e políticos declararam apoio à causa da Aldeia Maracanã. Com isso, os índios conseguiram impedir a demolição do prédio. O local seria transformado em uma área de estacionamento do estádio.

No dia 21 de março, entretanto, em razão de um processo de reintegração de posse, os índios acabaram sendo retirados do local pelas forças policiais. Um grupo indígena aceitou a proposta feita pelo governo do estado do Rio de Janeiro e ocupou um terreno em Jacarepaguá, na zona oeste da capital. Outro grupo, do qual Ashaninka faz parte, permanece disposto a retomar o prédio do antigo museu.

O defensor público federal no Rio de Janeiro, Daniel Macedo, disse à Agência Brasil que a reintegração de posse do antigo museu pelos índios só poderia ser feito por ordem judicial e não valendo-se da própria força. "A Defensoria Pública da União repudia qualquer ato de ilegalidade. Eles não podem invadir lá. Se eles querem a reintegração da posse têm que procurar o Poder Judiciário via Defensoria Pública da União", disse.

Macedo enfatizou que os índios não podem recorrer à invasão para a reintegração do prédio que já foi reintegrado ao governo do estado. Ele manifestou preocupação com as consequências que esse ato possa causar, "porque a polícia pode chegar lá e não usar da força

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 070 / 2013

Brasília, 29 de abril de 2013.

moderada, como ocorreu da outra vez” O defensor público indicou que terá de haver uma nova negociação, “porque a polícia, infelizmente, no Rio de Janeiro, tem um histórico de truculência. E a defensoria também não vai admitir isso”.



Políticas públicas para as mulheres indígenas são debatidas da Semana do Índio na OAB/MS

SÍTIO MIDIAMAX, 28.04.2013

A IV Semana do Índio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MS) encerrou sua programação neste sábado (27) com a mesa-redonda "A implantação de políticas públicas direcionadas às mulheres indígenas", que reuniu lideranças indígenas e representantes femininas na política sul-mato-grossense. Os participantes foram recepcionados com um café da manhã inspirado na culinária indígena e a dança do bate pau, feita por crianças indígenas. Na sexta-feira, o evento apresentou o documentário À Sombra de um Delírio Verde, que trata da exploração de indígenas Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul em plantações de cana-de-açúcar.

Ainda na sexta-feira, o membro da Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas do Conselho Federal da OAB, Adelar Cupsinski, ministrou uma palestra em que destacou o papel histórico da Ordem na defesa dos direitos humanos constitucionais e democráticos e a importância do debate no Estado, que segundo ele, lidera o centro das discussões nacionais e internacionais nas questões envolvendo a classe indígena, principalmente a demarcação de terras. "A comissão tem o papel de defender os direitos dos índios que vem sendo questionado tanto no Congresso Nacional quanto nos poderes executivos e judiciários. Precisamos levantar as questões envolvendo os povos indígenas, principalmente porque o Brasil e o mundo se voltam para Mato Grosso do Sul na discussão de seus direitos", afirmou Cupsinski.

O presidente da OAB/MS, Júlio Cesar Souza Rodrigues, destacou a criação da Comissão como uma sinalização de que o Conselho Federal "está sensibilizado com a causa indígena". De acordo com ele, a OAB/MS terá uma participação no conselho consultivo da Comissão, o que dará mais peso às questões que envolvem a causa indígena.

Já no sábado, uma mesa-redonda colocou em questão a dificuldade na implantação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas, sobretudo, às mulheres. Para Edna Guarani, as políticas públicas serão fortalecidas com a união dos jovens indígenas que estão na academia hoje, "mas ainda há a necessidade destes jovens regressarem às suas aldeias e levar as informações e discussões em favor dos povos", pontuou. Edna destacou ainda o papel da mulher indígena em retransmitir a língua e a cultura para as próximas gerações.

Silvana Terena ressaltou a necessidade de se implementar políticas públicas em prol da saúde da mulher indígena. Para ela, há uma urgência em se melhorar o atendimento às mulheres. A liderança indígena Rute Poquiviqui afirmou que as lideranças políticas não estão ouvindo as solicitações dos índios. "Vamos unir as etnias e procurar os representantes. Eles precisam ouvir nossos pedidos e a nossa língua", enfatizou. Representando a vereadora Carla Stephanini, a assessora Valéria Mont Serrat, anunciou, na ocasião, que na segunda quinzena de maio haverá uma discussão referente ao orçamento municipal e um dos itens da pauta discute investimentos voltados às mulheres indígenas.

CONT.

Encerrando a mesa-redonda, a vereadora Luiza Ribeiro ressaltou a importância de a OAB/MS sediar o debate. “A Ordem é uma referência e quando temos a Entidade atuando junto sabemos a causa fica mais fortalecida”, afirmou. Luiza destacou ainda a importância da Cartilha dos Povos Indígenas, da Comissão Permanente de Assuntos Indígenas da OAB/MS (Copai), na facilitação do entendimento da causa indígena, e a necessidade de se eleger uma representante da mulher indígena na Câmara e na Assembleia Legislativa.



“Temos uma dívida histórica com os povos indígenas”, afirmou a presidente da Copai, Samia Roges Jordy Barbieri, que encerrou o evento destacando a importância da ampliação do diálogo das lideranças políticas com os índios. “A Semana do Índio tem uma função especial em motivar a união dos povos para que eles cobrem dos poderes públicos uma maior atenção aos seus”, destacou. Para ela, cada pessoa que participou da IV Semana do Índio será um agente multiplicador dos assuntos que ali foram discutidos.



"Povos Indígenas no Norte do Paraná" está em exposição do Museu Histórico de Londrina

SÍTIO ODIARIO.COM, 28.04.2013

A exposição "Povos Indígenas no Norte do Paraná", que remete à riqueza das culturas Kaingang, Guarani e Xetá, já pode ser conferida no Museu Histórico de Londrina. Fotos, documentos e desenhos estarão expostos na Sala de Mostra Temporária a partir deste domingo (28).

A exposição toma como marco inicial o século XVI, com a chegada dos europeus e o início do contato das trocas culturais na região, apesar dos indícios arqueológicos da presença de seus ancestrais há milhares de anos.

Na visita ao Museu, o visitante terá a oportunidade de pensar a trajetória dos diferentes grupos indígenas, de reconhecer o respeito a diferentes tradições e perceber que a herança cultural indígena é essencial para a diversidade brasileira.

A exposição trará ainda, desenhos infantis expressando uma visão de mundo e consciência de si, que retratam as experiências vivenciadas pelas crianças que iniciam seu processo de inserção na cultura comunitária.

Os problemas enfrentados pelos povos indígenas com relação à ocupação territorial também estarão representados através de fotos e documentos não só de estudiosos mas também, pelos próprios registros na luta por direitos de território e defesa da cultura.



Museu recebe exposição sobre povos indígenas



Com leucemia, bebê indígena espera há dias por vaga em Dourados ou Campo Grande
SÍTIO MIDIAMAX, 28.04.2013

Um bebê indígena de quatro meses de idade, diagnosticado com leucemia, corre risco de morte em Mato Grosso do Sul. Internado no Hospital Edelmira Nunes de Oliveira, em Guia Lopes da Laguna, desde à tarde da quinta-feira (25). O problema é que o hospital não tem atendimento de alta complexidade, por isso precisa ser transferido com urgência para Dourados ou Campo Grande.

A estudante de direito Thamires Menezes, de 18 anos, filha da patroa do pai da criança, conta que a médica informou que o caso é grave e o bebê pode ter uma parada cardíaca a qualquer momento e falecer. Por causa disso, ela entrou em contato com o Conselho Tutelar e procurou o Ministério Público.

Segundo a jovem, o Conselho disse que não teria como atuar e informou à família que se eles fizessem a transferência do bebê sem ser pela Central de Regulação de Vagas ficariam responsáveis por tudo que acontecesse à criança. O que a fez esperar abrir a vaga e não procurar ajuda diretamente.

Já em contato com o Ministério Público Estadual de Campo Grande, por telefone, a família teria sido orientada a procurar o MPE de Guia Lopes da Laguna, para receber atendimento. Thamires conta que o telefone do plantão não atende e fica de 'mãos atadas' sem ter como fazer a solicitação.

Sem saber para quem pedir ajuda, a jovem procurou a imprensa. O medo, segundo ela, é o bebê morrer sem sequer ter tido direito ao tratamento.

A reportagem procurou o hospital. Por telefone, a atendente negou que o bebê corre risco de vida, mas confirmou que o caso é delicado, já que é um câncer e o bebê é muito novinho.

A funcionária informou ainda que o hospital está tentando uma vaga, pela Central, desde a data da internação, contudo até o momento não teve resposta satisfatória. "Mandamos um fax pela manhã e outro à tarde, todos os dias, à Central pedindo vaga. Até gora não obtivemos resposta positiva", diz.

O Midiamax também procurou a Funai (Fundação Nacional do Índio) e o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), mas não conseguiu contato com nenhuma das duas entidades.



Cultura indígena, educação e literatura de cordel são temas das salas Pará e Belém
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 28.04.2013

Da cultura do povo indígena Assurini à literatura de cordel, as salas "Pará" e "Belém", no Hangar Convenções e Feiras da Amazônia, são espaços de seminários, encontros e ciclos de debates durante a XVII Feira Pan-Amazônica do Livro.

A Sala Pará, com capacidade para 200 pessoas, sediou neste domingo (28) a palestra "A Cultura do Povo Assurini do Xingu – A fala do corpo tatuado", que atraiu dezenas de pessoas interessadas em ampliar seus conhecimentos sobre a realidade dessa etnia indígena.

A palestra integra o "I Seminário Grafismo Assurini". A palestrante Suely Menezes, uma das pioneiras desse trabalho, disse que o "assunto do seminário é uma das culminâncias da área literária. Mostrar o projeto é uma oportunidade que temos de proliferar o sentimento de que o índio é o brasileiro que a gente não conhece. Sinto-me privilegiada por ter um seminário exclusivo sobre o grafismo dentro desse espaço maravilhoso, que é o Hangar, e ainda sendo pensado e valorizado por todos que fazem essa Feira do Livro".

As próximas atividades na Sala Pará serão nesta segunda-feira (29) e na terça (30), com o "Seminário da Pan-Amazônica – Literatura Indígena na Pan-Amazônica: cosmovisões e projetos".

No dia 1º de maio (quarta-feira) será realizado o "Seminário sobre editoração". No dia 30 de abril e no dia 2 de maio acontecerá o "Encontro Memórias de Mulheres discutindo a ditadura civil-militar no Pará". A programação na Sala Pará será encerrada com o "III Encontro de Cordelistas da Amazônia" no sábado (4).

Na Sala Belém haverá o "Encontro Literário Pará e Amapá" na quarta-feira (1º) . Na quinta-feira (2), acontecerá o "Ciclo de Educação na Amazônia Paraense", e no sábado (4) o "Ciclo de Literatura e Cultura Brasileira".



UFGD lança Revista Ñanduty, e primeiro número é dedicado aos Povos Indígenas
SÍTIO RACISMOAMBIENTAL, 28.04.2013



Em seu primeiro número, a revista eletrônica Ñanduty traz o dossiê "Terras Indígenas", organizado por Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira. Trata-se de um tema atual para o qual profissionais ligados à Antropologia, Arqueologia, História, Direito e campos afins têm se dedicado nos últimos anos, sobretudo em estados brasileiros com marcante presença indígena. Situação semelhante também ocorre em outros países latinoamericanos, onde movimentos indígenas cada vez se opõem ao colonialismo e buscam

sua autonomia e o reconhecimento de seus direitos frente ao Estado e às sociedades nacionais. Neste sentido, o objetivo do dossiê é trazer ao público um conjunto de artigos que possam contribuir para a compreensão do tema e a socialização de novos saberes sobre o assunto.

Embora publicada pela Universidade Federal da Grande Dourados, a revista tem também artigos sobre povos indígenas de outros estados, como Minas Gerais e Paraíba, uma vez que pretende ser um convite à interação e à troca já a partir de seu nome. Como está dito na Apresentação, dos vários possíveis significados de Ñanduty, o preferido pela equipe acaba por ser "teia de aranha", no sentido da tecitura de de relações e trabalhos que se somem.

A revista é semestral, e está aberta para colaborações. Abaixo, publicamos o sumário de Ñanduty, que pode também ser baixada na íntegra, em pdf. Boa leitura.

Caravana da Cidadania Indígena tem primeira edição no Parque do Mindu

SÍTIO PREFEITURA DE MANAUS, 28.04.2013



Diversos serviços foram oferecidos

O Parque Municipal do Mindu está sediando desde a sexta-feira a 1ª Caravana da Cidadania Indígena, evento promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, que pretende levar às comunidades indígenas radicadas em Manaus os serviços oferecidos pela Prefeitura de Manaus e permitir uma interação entre as etnias residentes na cidade. No anfiteatro do Parque Municipal do Mindu, os representantes do grupo Potekãra de Manaus, que reúne mais de 62 etnias presentes na área da Região Metropolitana de Manaus, encerraram o evento contabilizando, até o meio-dia, 1.617 atendimentos feitos pelas secretarias e órgãos municipais presentes.

A secretária municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Goreth Garcia Ribeiro, participou do evento na manhã deste sábado, destacando a importância da integração com os povos indígenas na cidade e um olhar cuidadoso para a causa indígena.

O evento tem como finalidade reunir os remanescentes de índios de diversas etnias para discutir políticas públicas voltadas para os índios urbanos, reforçando as reivindicações feitas em carta aberta entregue durante a posse do prefeito Arthur Virgílio Neto, em janeiro passado. João Paulo Tukano, um dos idealizadores do grupo Potekãra, afirma que em Manaus não existem políticas voltadas para os índios urbanos. "A intenção do grupo é recuperar a cultura e dar mais qualidade de vida às famílias de diversas etnias que vivem em Manaus", disse ele. Entre as propostas, estão a criação de um festival de canções indígenas e um grande evento esportivo reunindo as comunidades no município a partir do próximo ano.

Entre os serviços oferecidos, neste sábado, testes rápidos de HIV, glicemia, atendimento jurídico e social, odontológico, aferição de pressão arterial, vacina, atualização e inscrição no CadÚnico para recebimento de benefícios do Bolsa Família, cortes de cabelo, distribuição de mudas, reaproveitamento de resíduos sólidos, orientações odontológicas, entre outros. Um dos objetivos do grupo é transformar a Caravana da Cidadania Indígena em um evento fixo no calendário municipal, ocorrendo sempre no mês de abril, em Manaus, dentro das comemorações pelo Dia do Índio, 19 de abril.

Neste sábado, o evento ocorreu das 8h às 14h e foi encerrado com um ritual do qual participaram todas as autoridades presentes. O evento contou com o apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas), Secretaria Municipal de Saúde (Semsu), Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos (Semulsp), Secretaria Municipal

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 070 / 2013

Brasília, 29 de abril de 2013.

de Empreendedorismo (Sempab), Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento (Semtrad) e Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários (Sehaf).



Ministérios criam comitê gestor de terras indígenas

SÍTIO TNONLINE, 25.04.2013

ÃO PAULO, SP, 28 de abril (Folhapress) - Os ministérios da Justiça e do Meio Ambiente publicaram durante a semana, no Diário Oficial da União, a portaria interministerial que institui o comitê gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (Pngati). As informações são da Agência Brasil.

A política, estabelecida pelo decreto presidencial, tem como objetivo "garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas".

O comitê gestor da Pngati ficará responsável pela coordenação da execução da política indígena e será integrado por oito representantes governamentais e oito representantes indígenas.

O governo contará com dois representantes da Funai (Fundação Nacional do Índio) -um da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável e um da Diretoria de Proteção Territorial; e seis dos ministérios: um da Justiça; dois do Meio Ambiente; um do Desenvolvimento Agrário; um do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e um da Saúde.

Os oito representantes indígenas são membros da Articulação dos Povos Indígenas, das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira e da Grande Assembléia do Povo Guarani.

Munduruku: indígenas queimam “proposta” do governo federal sobre consulta prévia
SÍTIO RACISMOAMBIENTAL, 28.04.2013



“Somos nós que temos que dizer como deve ser essa consulta”

Indígenas Munduruku queimaram proposta do governo federal de consulta prévia sobre construção das hidrelétricas São Luiz do Tapajós e Jatobá, na última quinta-feira, 25 de abril. Cerca de 200 lideranças se reuniram para apresentar a proposta dos indígenas sobre as oitivas das barragens ao Poder Público, que se recusou a participar do encontro na aldeia Sai Cinza, município de Jacareacanga, oeste do Pará.

A Secretaria Geral da Presidência da República entregou a vereadores indígenas Munduruku de Jacareacanga um conjunto de slides impressos de Power Point apresentando uma proposta de consulta prévia onde apenas quatro – de um universo de mais de uma centena de aldeias atingidas pelas barragens – seriam contempladas, e no decurso dos estudos de impacto ambiental das hidrelétricas do Complexo Hidrelétrico Tapajós.

Os Munduruku explicam que a reunião do dia 25 serviria justamente para que os indígenas pudessem apresentar sua proposta sobre as oitivas. “Nós temos que ser consultados antes”, afirma o vice-cacique geral do povo Munduruku, Jairo Saw. “E somos nós que temos que dizer como deve ser essa consulta. Precisa ter uma lei que diga como vai ser a consulta antes de ela ser feita, e antes de qualquer estudo de barragem ser feito”, aponta.

Representantes do governo federal vieram a Jacareacanga acompanhados de ao menos 200 policiais da Força Nacional de Segurança, em aviões, helicópteros, caminhões e ônibus do Exército, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, mas não participou da reunião com os indígenas, alegando temer um ataque violento por parte dos Munduruku.



Amazônia - Rei da Noruega deixa área indígena conflagrada após visita de 4 dias
SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 27.04.2013

De Manaus - Depois de realizar o "sonho" de conhecer a Amazônia brasileira e a etnia ianomâmi, o rei Harald 5º, da Noruega, deixou a terra indígena ontem, após uma visita de quatro dias à região --localizada entre Roraima e Amazonas.

A viagem do monarca recebeu a atenção especial da PF, da Funai e do Itamaraty porque o local enfrenta tensão resultante de conflitos entre tribos.

A Embaixada da Noruega informou que o rei sempre sonhara em viajar para a Amazônia.

A Folha apurou que a viagem pode fazer parte dos preparativos para a celebração dos 30 anos do Programa de Apoio aos Povos Indígenas no Brasil, completados neste ano.

O índio Dário Kopenawa, membro de uma associação que tem apoio do programa, disse que a viagem foi boa para o "espírito" de Harald 5º. "Ele realizou o sonho dele", disse.